

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

n.º 142 - Janeiro de 1978 - CRS. 1,00

EDITORIAL

A orientação dos comunistas

Os elementos principais em torno aos quais articulam-se, na Resolução aprovada pelo CC, as análises da política atual do imperialismo e da situação nacional encontraram expressiva confirmação na vida, antes mesmo que as primeiras cópias do documento começassem a ser distribuídas.

Com efeito, o que chamamos de "caráter aparentemente contraditório da política de Carter" ficou evidenciado, em alguns casos de modo gritante, nas últimas semanas. As linhas de exploração dessa política apresentadas na Resolução são um elemento indispensável para compreender os passos que vão sendo dados pelo mais poderoso governo capitalista.

Mais aguda ainda é talvez a impressão que nos suscita a análise da vida política brasileira — porque nos concerne de forma direta e imediata. Ela mostra como a resistência das massas, do conjunto das forças oposicionistas ao fascismo está na raiz das dificuldades enfrentadas pela ditadura. É como provoca a esclusão, no seio do regime, de conflitos e confrontações que embora, previsíveis, assumem extensão, profundidade e formas inéditas nos últimos 14 anos.

Ja a efetividade das proposições de luta contidas na Resolução terá de ser avaliada em função do empenho com que as levaremos à prática. Este fator é decisivo para que possamos submetê-las ao teste da realidade.

A orientação para a ação política dos comunistas que emana do documento é clara. Ela indica o rumo da nossa inserção crescente, com base no reforço do movimento de massas, no processo de unificação e ampliação da frente antiditatorial.

"A conquista das liberdades democráticas — reafirma a Resolução — é o centro da nossa luta". E prossegue: "Qualquer avanço nesta direção, por menor que seja, tem para nós um grande valor". Nossa proposta para o fim do regime é a da eleição, livre e democrática, de uma Constituinte. A campanha pela Constituinte indica o objetivo que se deve buscar para a efetiva liquidação da ditadura e serve, ao mesmo tempo, para operar de forma concreta a convergência das lutas e manifestações antiditatoriais.

O processo eleitoral de 1978 tem especial

importância em nossa tática, pois, "é o processo que, agora, permite a mais ampla manifestação política coletiva no País". A campanha da anistia é também um momento importante de convergência das ações das forças democráticas.

Com intensidade e feições novas, o movimento operário e sindical — aquele em que os comunistas devem concentrar sua atenção e seus esforços — efetua a ligação da luta por reivindicações específicas com as questões gerais que interessam ao nosso povo. Os comunistas, lutando em cada local de trabalho e em cada sindicato, devem atuar no sentido de que os trabalhadores tomem em suas mãos a realização da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras para que ela seja um verdadeiro desaguadouro das reivindicações e aspirações dos que mais sofrem com este regime.

A aliança com os católicos é um elemento geral de nossa política que assume especial relevo quando se trata dos movimentos sociais no campo, mas que se apresenta em todos os setores em que há luta.

Na Universidade, entre os intelectuais, junto aos movimentos de mulheres, da juventude e das diversas categorias profissionais, os comunistas têm políticas setoriais a desenvolver. Sob o influxo da luta pela democracia, as lutas setoriais, por seu turno, ampliam a influência do grande bloco de forças sociais e políticas interessado na conquista das liberdades.

Colocar em destaque as linhas de ação que emanam da Resolução não é algo de formal. A ação política é o oxigênio do Partido Comunista. Um partido que, por ser um lutador coletivo consequente e insustentável contra a opressão e as injustiças, paga hoje um preço elevado, através problemas de organização cuja subestimação só faria prolongar e complicar as dificuldades.

O ano de 1978 aparece no horizonte com uma riqueza enorme de possibilidades de luta. É mais um ano crítico e mais crítico do que os anteriores, para a ditadura. Junto às massas, atuando da forma mais ampla, os comunistas estarão contribuindo para acelerar o isolamento e desgaste do regime militar-fascista, para superar as debilidades do movimento antiditatorial e para preservar, de possíveis provocações a que a reação tende a recorrer, seu partido e o conjunto das forças da democracia.

Pleno do Comitê Central do PCB

Nessa visão do quadro internacional e da situação brasileira constitui o eixo da Resolução Política aprovada pelo Comitê Central em sua reunião de dezembro último e aqui publicada. Se esta visão nos distingue, apesar das coincidências de pontos de vista, das demais formações ou correntes políticas, pelo que possuímos de específico em nossa elaboração e em nossa prática, as propostas e tarefas que dela decorrem são comuns a um amplo leque de forças democráticas empenhadas em derrotar a ditadura e estabelecer um regime democrático. A função da Resolução é a de orientar a atividade do partido no período em curso. Esta função será tanto mais viva e rica quanto maior for a compreensão dos fenômenos tratados. O avanço que, neste sentido, ela significa terá a continuidade necessária na medida em que, à nossa atuação política, se somem, como elementos captares de nossa prática, a discussão e o estudo dos problemas, de nossas análises e de nossas posições.

Da pauta de trabalho do Comitê Central constou também uma discussão sobre a situação do partido, precedida do respectivo informe, e que resultou na adoção de medidas relacionadas com o trabalho de organização. O pleno realizou ainda uma sessão de debates sobre o movimento operário e sindical e homenageou a memória de camaradas recentemente falecidos: Antonio Rollemberg, Jocelyn Santos, Ezmann Cavalcanti, Trifino Correia, Felicíssimo Cardoso, Campi Laus e José Luiz Rodrigues Calzans (Jaracá, como era conhecido artisticamente).

O 80º aniversário do camarada Luiz Carlos Prestes, que viria a ser comemorado no dia 3 deste mês de janeiro, motivou a entrega, ao secretário geral do PCB, de uma mensagem subscrita por todos os integrantes do pleno, dirigida a ele e a seus familiares.

Resolução Política

(págs. 3, 4, 5 e 6)

(entretítulos da redação)

Os jovens brasileiros e o XI Festival da Juventude e dos Estudantes

(pág. 8)

Luiz Carlos Prestes, 80 anos e uma vida de lutas



Luiz Carlos Prestes fez 80 anos no dia 3 deste mês, cercado pela estima e pela consideração de seus camaradas brasileiros e de tantos países. Das mensagens que lhe estão sendo enviadas e das homenagens que lhe foram dedicadas, daremos conta em nosso próximo número.

São 80 anos de uma vida digna, de lutas que se iniciaram na juventude, após um começo de vida difícil, marcado pelas dificuldades de uma família pobre, cujo chefe morreu cedo, fazendo com que ela se deslocasse de Porto Alegre, onde nasceu Prestes, para o Rio. 80 anos que não diminuíram a jovialidade do secretário geral do PCB e que lhe trouxeram uma invejável experiência de luta revolucionária e da vida pública, de que ele participou desde 1922.

Jovem oficial da arma de Engenharia, Prestes teve participação ímpar nos movimentos militares que sacudiram o País na década de 20. Durante mais de dois anos, a Coluna por ele conduzida, que tomou seu nome, percorreu todo o interior do Brasil, 30 mil quilômetros derrotando sempre as tropas governistas.

A Coluna permitiu-lhe conhecer a miséria indizível das populações rurais e fê-lo refletir. Em 1927, quando se dissolveu, Prestes foi contatado na Bolívia pelo fundador e então secretário geral do PCB, Astorjildo Pereira. Em 1930, em seu Manifesto de Maio, rompe com seus camaradas que haviam aderido ao movimento liderado por Getúlio Vargas e proclama sua adesão ao socialismo científico e ao Partido Comunista.

Em 1931, viaja para a URSS e participa ativamente da construção do socialismo neste País, como engenheiro. Em 1934, é acionado nas fileiras do PCB e regressa ao Brasil para encabeçar o movimento antifascista que se desenvolve, sendo eleito presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora. Derrotada a Insurreição de novembro de 1935, Prestes é preso no Rio de Janeiro juntamente com sua companheira, a comunista alemã Olga Benário. Começa a viver, então, nove longos anos de prisão, durante os quais sua esposa seria deportada para Alemanha nazista, grávida de sete meses,

sendo assassinada em 1942, nas câmaras de gás de um campo de concentração. Em 1943, ainda preso, é eleito secretário geral do PCB.

Com a derrota do nazifascismo em 1945, Prestes recupera a liberdade e é eleito senador - o mais votado da República - nas únicas eleições em que o PCB concorreu como partido legal. Na condição de líder da bancada comunista na assembleia Constituinte, desempenha papel destacado na elaboração da Constituição de 1946, a mais democrática de nossa história.

Com o advento da "guerra fria", Prestes, juntamente com o demais parlamentares comunistas, tem cassado seu mandato de senador. Continua, entretanto, a dirigir o Partido nas condições de clandestinidade que se sucederam à ilegalização decretada em 1947.

Volta a participar publicamente da vida brasileira no decênio que precede o golpe de 1964, cujo desencadeamento obriga-o a retornar à clandestinidade. O fascismo, repetindo uma atitude imemorial do autoritarismo das classes dominantes no Brasil, tentou colocá-lo à margem da vida de seu País. Sem êxito.

Sobre a situação atual e as perspectivas da luta, Prestes declarou recentemente:

— Não tenho nenhuma dúvida de que a ditadura será derrotada pelo povo e que neste processo a classe operária, única que é consequente na luta contra os monopólios nacionais e estrangeiros, base desse regime, tem um papel de vanguarda.

— Creio que, para ser um revolucionário consequente, enfrentar a polícia, dar a vida pela causa, é indispensável ter uma concepção científica do marxismo, compreender que o capitalismo cria aquilo que o derrota. No caso brasileiro, não é possível fixar um prazo. O processo da luta antiditatorial avança, ampliam-se as possibilidades do trabalho em frente única e de organização de amplas forças que, na medida em que se estruturam, poderão derrotar o atual regime. Para consistir um regime democrático e antimperialista consequente, tendo à frente a classe operária.

— Já estou com muita idade mas, como revolucionário, penso sempre que ainda poderei ver este momento.

Mensagem a Niemeyer

Em sua última reunião, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro resolveu lhe enviar as mais calorosas felicitações pela passagem do seu septuagésimo aniversário.

Seu trabalho criador como arquiteto, merecidamente admirado no mundo inteiro, passou a ser um precioso símbolo das potencialidades de nosso povo, com o qual você, como artista como cidadão, sempre se identificou, mesmo nos momentos mais difíceis de nossa história recente.

Com sua arte, que tão bem sintetiza valores universais e raízes nacionais, você nos parece enriquecer uma tradição que conta, entre outros, com os nomes de Lima Barreto e Graciliano Ramos, na literatura, de Portinari e Di Cavalcanti, na pintura, de Villa Lobos, na música. Na obra desses artistas, como na sua, o povo brasileiro pode ao mesmo tempo reconhecer-se em sua dimensão especificamente nacional e assimilar criadoramente os avanços mais significativos da cultura progressista e democrática do mundo inteiro.

Como cidadão, por outro lado, você sempre foi homem de posições firmes e decididas; todos conhecem seu resolute e corajoso apoio às lutas das massas exploradas e oprimidas de nosso País, pela independência nacional, pela democracia, pelo progresso social.

Por tudo isso querido, amigo, aproveitamos essa oportunidade para nos associar às manifestações de respeito e admiração que lhe vêm sendo prestadas, no Brasil e no mundo, por todos os verdadeiros democratas e antifascistas. Queremos lhe expressar sobretudo nossa confiança e nossa certeza de que, por muito tempo, você prosseguirá no seu fecundo trabalho como artista e na sua luta intransigente em favor da democracia e do socialismo.

O Comitê Central do PCB
Dezembro de 1977



OS PROLETOS DA AGRICULTURA
DEBEM DA DIVISÃO
DO CAMPO OPERÁRIO

Documento

Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro

1 - Comemorou-se, no mês passado, o 60º aniversário da Revolução de Outubro. A amplitude das comemorações que marcaram a passagem desta data é uma medida do caminho percorrido pelo movimento socialista desde os seus primórdios. Nesta marcha, a Revolução de Outubro é um marco, o marco fundamental do mundo contemporâneo. Ela tem uma continuidade histórica, mundial que aparece na construção do socialismo na União Soviética e na transformação em bases socialistas, de outros países, em todos os Continentes. Esta continuidade expressou-se não apenas nas transformações estruturais que revolucionaram mais de um terço da humanidade, mas também, ao mesmo tempo, na função que a União Soviética e os países socialistas assumiram e assumem na luta contra o imperialismo, o fascismo, a reação, na luta pela paz, pela independência dos povos, pela democracia e pelo socialismo, luta que não cessa de avançar.

Há 60 anos nasce também, com o primeiro Estado socialista, a política de coexistência pacífica. Graças aos esforços comuns de todos aqueles que defendem a paz, esta é a forma que, cada vez mais, assume a luta de classes no terreno internacional; a passagem da política de confronto para a de distensão, cuja tradução no plano da cessação da corrida armamentista é um interesse prioritário dos povos.

Neste quadro de avanço da distensão no mundo, um traço importante da evolução da situação internacional é hoje o agravamento da crise do mundo capitalista, particularmente sensível desde 1974.

Os reflexos da crise ultrapassaram o nível puramente econômico e se estenderam às esferas social e política dos países capitalistas desenvolvidos, caracterizando uma situação de difi-

culdade econômica e política. A crise do mundo capitalista é o resultado da competição entre os principais países imperialistas e da intensificação dos conflitos sociais no interior de cada um deles. A tendência à integração das economias que compõem o sistema mundial do imperialismo é acompanhada por um movimento que acentua a competição interimperialista e a defesa das economias nacionais, e que se traduz pela adoção de medidas protecionistas.

Ao mesmo tempo, cresce a necessidade dos círculos dirigentes do sistema imperialista de manter as massas trabalhadoras e os partidos e movimentos sociais que exprimem os interesses dos trabalhadores numa situação capaz de permitir que a saída da crise se faça sem que os lucros dos grandes monopólios e corporações multinacionais sejam afetados. Mas cresce também, por outro lado, a capacidade de resistência da classe operária a tais manobras, criando-se assim situações em que o poder dos monopólios é, frequentemente, obrigado a buscar o estabelecimento de compromissos com os partidos operários e o movimento sindical. Isto traduz a existência de uma correlação de forças nova, na qual torna-se difícil, pela própria força do movimento operário, que a resolução da crise se dê por meio da instauração de regimes que empreguem abertamente a violência contra o movimento popular. Além disso, torna-se dia a dia, menos viável solucionar a crise através da guerra.

A evolução da situação interna nos EUA e suas consequências sobre o conjunto da cena internacional são, deste ponto de vista, questões que devem estar no centro das atenções do movimento comunista e das forças progressistas no mundo.

A POLÍTICA DE CARTER: ENTRE OS OBJETIVOS E AS LIMITAÇÕES

2 - Não obstante as mudanças na correlação de forças que se vêm processando em escala mundial e no interior das sociedades de diversos países capitalistas, a política do imperialismo continua sendo uma política agressiva e que procura, por todos os meios ao seu alcance, barrir o avanço das forças progressistas e democráticas, como no momento ocorre, de forma característica, no Continente africano e no Oriente Médio.

A evolução da situação interna nos EUA e suas consequências sobre o conjunto da cena internacional são, deste ponto de vista, questões que devem estar no centro das atenções do movimento comunista e das forças progressistas no mundo.

A afirmação de que o sistema do imperialismo e seu principal centro, os EUA, encontram-se em recuo histórico e tendem a perder, cada vez mais, a iniciativa na arena internacional, adquire uma nova expressão concreta na medida em que levamos em conta a marcha dos fatos que assinalam a história recente daquele país. A derrota sofrida pelo imperialismo no Vietnã foi um acontecimento cujo alcance histórico não pode ser subestimado. Mas suas consequências não se situam exclusivamente no plano internacional; é preciso levar em conta que importantes correntes de opinião pública no interior do país se

levantaram ao longo da história recente do Brasil, em oposição ao imperialismo e ao capitalismo. A luta de classes no Brasil é uma luta de classes internacional, e a luta de classes no Brasil é uma luta de classes internacional.

levantaram contra a agressão perpetrada por Washington contra o povo vietnamita. Que manifestações de massas e passeatas foram realizadas, numa demonstração evidente de falta de um consenso nacional para o prosseguimento da aventura belicista.

Ao mesmo tempo, a nação americana foi abalada nos seus fundamentos pela sucessão de escândalos que culminou no episódio de Watergate, que levou à deposição de Nixon, e pelas revelações da imprensa sobre as atividades criminosas das agências de espionagem americanas no exterior e mesmo no interior do país. Tais fatos ocorrem num quadro já assinalado por acontecimentos como o assassinato de Kennedy, em 1963, e a frustrada invasão de Cuba, em 1961. O abalo de imagem norte-americana no exterior, que decorre antes de mais nada da resistência dos povos à sua política agressiva; assim como a perda de prestígio causada por esta sucessão de acontecimentos, enram na opinião pública um estado tal que esta passou a exigir dos círculos dirigentes dos EUA um tipo de política diferente daquela seguida por Johnson e Nixon.

É neste contexto que deve ser compreendida a chegada de Carter à presidência. É ainda em função desses fatos que se pode explicar o caráter aparentemente contraditório de sua política: Trata-se essencialmente de salvaguardar e, se possível, reforçar os interesses mundiais dos círculos imperialistas dos EUA. E, também, de tentar restaurar uma certa imagem da nação americana, atendendo a uma pressão latente da opinião pública, desejava de vez estabelecida na vida nacional e na administração uma moralidade, ligada às melhores tradições do povo americano, que esta sucessão de episódios demonstrou não existir. É claro que, nestas condições, a política levada a cabo por Carter, refletindo a diminuição de sua margem de manobra, não pode deixar de apresentar aspectos formalmente contraditórios: declarações que por vezes vão ao encontro de algumas das aspirações das correntes democráticas no mundo alternam-se a recuos e tomadas de posição que exprimem o real conteúdo dos interesses que movem o governo americano.

É assim, por exemplo, que podem ser explicados os recuos do governo dos EUA no que diz respeito à convocação da Conferência de Genebra, no quadro do conflito do Oriente Médio, e às conversações sobre o desarmamento mundial, em que a firmeza da União Soviética evitou que fossem coronadas de êxito as manobras que tinham a que a intensificação da corrida armamentista, por parte dos círculos belicistas de Washington, se desse em detrimento do potencial defensivo do mundo socialista.

3 - A política do Departamento de Estado, norte-americano em relação à América Latina, vem se caracterizando por uma maior sensibilidade ao que concerne às mudanças na correlação de forças em escala continental. Não é particularmente verdade se levamos em conta a

LEIA,
REPRODUZA
E
DIVULGUE
VOZ OPERÁRIA

documento / resolução política

assinatura do tratado referente ao Canal do Panamá com o governo progressista de Torrijos e o restabelecimento, ainda em escala limitada, de um diálogo com a República de Cuba. É evidente que o imperialismo americano, mesmo para manter suas posições na América Latina, é obrigado a reconhecer a implantação do socialismo em Cuba e não tem mais forças, tal como ocorreu na Conferência de Punta del Este, em 1962, para manter a nação cubana isolada dos demais países do Continente.

Ao lado disto, intensifica-se, na América Latina, a campanha pelos direitos humanos e contra os aspectos mais repressivos das ditaduras militares antipopulares e antidemocráticas. É indiscutível que as declarações de Carter e algumas tomadas de posição do governo americano criaram condições a partir das quais mais fácil se torna o desenvolvimento desta campanha.

O aumento do grau de isolamento dos regimes militares reacionários do Continente, muitos dos quais a braços com sérias dificuldades políticas, já os obriga a anunciar publicamente medidas de liberalização que serão cobradas por seus povos e pela opinião pública mundial. Crescem, de modo geral, as possibilidades de impulsionamento das lutas das massas trabalhadoras e de outras camadas que reivindicam o progresso social e a democracia.

Na presente situação mundial, caracterizada pela distensão, pelos recuos do imperialismo, pelo aprofundamento dos sentimentos democráticos no mundo inteiro, torna-se mais difícil a existência de regimes que, ao lado de desenvolverem políticas antipopulares, empregam métodos que se caracterizam pela mais brutal violência contra as massas, como é o caso de vários regimes latino-americanos e, entre eles, o brasileiro. As forças que expressam a política do imperialismo não deixam de levar em conta esta realidade e elaboram projetos de saída que permitam, mediante a ampliação das bases políticas de tais regimes, a manutenção dos mesmos padrões básicos de dominação de classe e de dependência.

ECONOMIA DEPENDENTE A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS

4 — Atréada a um tipo de desenvolvimento contrário aos interesses nacionais, a economia brasileira sofre hoje as consequências da aplicação de políticas econômicas que acentuam a dependência e a subordinação do Brasil ao imperialismo, e que privilegiaram os interesses dos monopólios estrangeiros e nacionais. Se o quadro não é de recessão, existem, porém, sinais evidentes de declínio da atividade econômica em alguns setores. Eles se exprimem pela diminuição do ritmo de crescimento da indústria, que provoca um aumento do desemprego. A relação entre a taxa de inflação e os salários mostra que não se atenuou o processo de degradação das condições de vida das camadas populares: os salários continuam crescendo menos do que a inflação.

O endividamento externo segue aumentando de maneira alarmante: chegou, em 1977, ao total de 30 bilhões de dólares, o que provoca um déficit de grandes proporções no balanço de contas correntes, devido ao pesado serviço da dívida. Se, no primeiro semestre, foi possível obter um ligeiro superávit na balança comercial, isto se deveu fundamentalmente ao aumento dos preços do café no mercado internacional. Tais preços, entretanto, já baixaram consideravelmente. A vulnerabilidade da economia brasileira diante das oscilações do mercado internacional, somada aos encargos da dívida, lança perspectivas sombrias para os próximos anos. A melhoria relativa do crédito do governo brasileiro aos mercados financeiros mundiais se traduz pela concessão de novos empréstimos e financiamentos, que, no entanto, colocam o País diante da obrigatoriedade da

importação de equipamentos estrangeiros, em detrimento do desenvolvimento da indústria nacional de bens de capital. Para ceder aos credores internacionais, chega-se ao ponto de cancelar encomendas do Estado ao setor privado. Enquanto isto, os juros bancários são elevadíssimos, o que permite aos bancos ganhar somas astronômicas.

A RESISTÊNCIA CRESCE, A DITADURA SE ISOLA

5 — O balanço da situação econômica aponta, assim, a existência de problemas que o regime militar-fascista, pela natureza de seus compromissos antipopulares e antinacionais, não pode resolver. Quanto ao quadro político, ele se caracteriza, de um lado, pelo aprofundamento do processo de desgaste e isolamento desse regime, e, de outro lado, pelo constante aumento da influência real das forças oposicionistas.

Neste processo de crescimento das forças oposicionistas, o papel que vai assumindo o movimento operário e sindical é um índice denso de significação. A reanimação do movimento de massas, criando condições para a intensificação das ações reivindicatórias, contém a possibilidade de um amplo desenvolvimento do nível de organização das camadas populares. E, trilhando este caminho, elas podem reunir meios para desempenhar um papel de maior destaque na luta antiditatorial.

Ao se analisar o fenômeno do isolamento do regime brasileiro, é necessário levar em conta um certo número de fatores que, na medida em que concorrem para este isolamento, tornam mais e mais reduzadas as possibilidades de sobrevivência da ditadura.

Assim é que o ano de 1977 assinalou um revigorecimento sem precedentes — dada a amplitude e a disposição das forças que entraram em ação — do movimento de oposição à ditadura. O longo processo de resistência do movimento de massas e oposicionista, que começou no momento seguinte ao golpe de 1964, conheceu períodos extremamente difíceis, mas chega hoje a uma fase diferente, caracterizada pelo fato de se ter ele transformado no intérprete dos anseios majoritários da população. Não se trata mais de vozes ou forças sociais e políticas que, isoladamente, criticam duramente o regime. Há hoje em nosso País, como consequência do fortalecimento da oposição à ditadura, um movimento de opinião pública que atravessa as diversas camadas e classes que compõem a sociedade brasileira; e que é unânime na sua condenação ao fascismo. Há um sentimento generalizado de que este regime é o grande obstáculo à criação das condições mínimas para que o Brasil possa, num clima democrático, diferente, portanto, do atual, enfrentar os problemas que seu desenvolvimento coloca.

A ampliação da frente oposicionista é, pois, o traço mais importante da atual conjuntura política. É o crescimento das forças que se opõem ao regime que está na base do processo de desgaste e isolamento da ditadura, e que pode, em última análise, explicar este processo. O movimento das forças de oposição transformou-se num dos elementos determinantes do quadro político nacional e sua ação vem sendo responsável pela fixação de algumas das linhas a partir das quais se desenvolve o processo político brasileiro. Como consequência dessa ação, o regime se desgasta, afloram suas contradições internas. Torna-se mais difícil uma saída para o impasse político-institucional que não seja condicionada pela existência e pelas dimensões já alcançadas pelo movimento de oposição. O confronto de Geisel com seu ministro do Exército foi, até aqui, a expressão mais característica deste processo, que já atinge o âmago do sistema de forças da ditadura.

OS PROJETOS DA DITADURA DEPENDEM DA DIVISÃO DO CAMPO OPOSICIONISTA

6 — Pressionado pelo conjunto das forças de oposição e por correntes cada vez mais importantes da opinião pública brasileira, o governo Geisel vê sua área de manobra reduzir-se, o que limita as possibilidades de aplicação de seu projeto político.

As eleições de 1974, que podem ser consideradas, na história do fascismo brasileiro, como o ponto de inflexão do regime, e assinalam, por isso mesmo, um momento especialmente importante no processo de resistência à ditadura, mostraram o quanto esta se encontrava isolada das parcelas mais significativas da opinião pública. Cabe ressaltar que a classe operária e os trabalhadores, de modo geral, tiveram nelas o papel decisivo, com seu voto majoritariamente oposicionista. Esta sua posição conjugou-se com o sentimento dominante em largas estratos da população, generalizando-se no meio urbano e projetando reflexos, muito além das previsões, em numerosas zonas rurais.

A derrota então sofrida pelo regime significou, em última análise, que, a partir daquele momento, mais premente se tornará a necessidade de ele negociar e buscar um acordo com as correntes políticas do País. É nesta medida que se devem compreender as dificuldades que enfrentam hoje os detentores do poder.

Disto não se desprende, evidentemente, que estamos face a um processo equacionado, cuja resolução se dará através de um desenvolvimento linear das tendências identificadas. O movimento antiditatorial defronta-se com problemas sérios. Ele dispõe ainda de um nível insatisfatório de mobilização, organização e unidade, sua articulação nos diversos planos é incipiente. A correlação geral de forças não lhe permite extrair todas as consequências potenciais dos êxitos que já obteve. Obrigou a ditadura a chegar até um determinado ponto, faltam-lhe ainda condições para levá-la a recuos mais importantes, que abram novos espaços para o combate que visa a liquidá-la. Esse impasse, na verdade, vem dominando a vida política brasileira nos três últimos anos.

O fascismo, sem condições de legitimidade, sem poder propor nada que altere substancialmente o regime jurídico-institucional por ele mesmo criado, via-se diante de poucas saídas, que repousam na sua capacidade de dividir as forças de oposição. E isto é algo que o governo Geisel busca obstinadamente desde a sua instalação. Para dividir as forças oposicionistas e obter o apoio de pelo menos uma fração delas ao seu projeto institucional, que equivale à legalizar o Ato 5, ou seja, incorporá-lo à Constituição através da votação dos partidos no Congresso, a ditadura não poupa esforços e usa todos os meios ao seu alcance, desde a intimidação e a chantagem até vagas promessas de liberdade zação.

Os fatos, entretanto, mostram que o ditador subestima, e subestima o grau de isolamento do regime que ele encarna e o nível de resistência das forças democráticas, apoiadas num amplo movimento de opinião pública. Nem mesmo a adoção de novas medidas repressivas, como as cassações de mandatos de vários deputados do MDB ou a introdução de novos apêndices à legislação antidemocrática do regime, que ficaram conhecidos pelo nome de "pacote de abril", conseguiram intimidar as correntes oposicionistas e separá-las da opinião pública. Este é o elemento novo a destacar na situação política brasileira: as ofensivas lançadas pelo fascismo, que, dada a correlação de forças, são necessariamente parciais, têm tido até aqui, como consequência, não a fragmentação, mas o fortalecimento dos movimentos de oposição, o regime, conseqüentemente, se desgasta sem atingir seus objetivos fundamentais e vai sendo compelido a modificá-los, a torná-los

mais restritos. Mantém-se, portanto, para a ditadura, a necessidade vital de chegar a um entendimento com as forças políticas do País que lhe permita seguir governando a partir de um reconhecimento explícito de sua legitimidade por parte dessas forças. E' para este fim que ele usa a margem de manobra de que ainda pode dispor.

O processo sucessório insere-se nos meios dessa necessidade e é ela que fixa as possibilidades das diversas candidaturas militares. É natural que o regime não possa enfrentar a situação de impasse político-institucional que existe hoje no País sem sofrer sérios abalos internos. As divisões no campo da ditadura se tornam mais visíveis. Elas se expressam seja em relação aos objetivos que se propôs o governo Geisel, seja em relação aos meios colocados em prática para alcançá-los. Assim, as contradições tendem a se desenvolver, e não está excluída a possibilidade de novos choques de forças do regime com Geisel, pois há resistência, e não pouca, nos altos comandos militares, à idéia de um acordo negociado com as forças de oposição — mesmo sendo ele uma forma de buscar o controle das modificações impostas pela evolução da situação.

A diferença reside no fato de que hoje, ao contrário do que ocorreu em 1968, quando se produziu um choque entre o núcleo militar do regime e as formações políticas, inclusive a própria Arena, os mecanismos de resistência de que dispõe a sociedade são maiores. A intensa maioria do País repudia um golpe ou uma sucessão de golpes, o que ela deseja é que se criem mecanismos institucionais democráticos, capazes de controlar as tendências golpistas que resultam, muitas vezes, de ambições pessoais contrariadas.

O regime ditatorial foi sistematicamente levado, desde a sua implantação, dada a maneira como está se deu e a resistência que a fascização encontrou no corpo da sociedade, a promover a substituição dos governos — à que dá, por sinal, uma das características do fascismo brasileiro. Esta necessidade cria, periodicamente, momentos de tensão em que os conflitos entre as diversas componentes do poder se intensificaram, abrindo brechas para a ação oposicionista. É o que novamente ocorre, sob a vigência de critérios de orientação da sucessão presidencial estabelecidos, a portas fechadas, por um número reduzidíssimo de pessoas, O ditador e o Alto Comando do Exército substituem todos os canais de diálogo e de formação de consenso.

Deste ponto de vista, o episódio Sivo Frotz é altamente ilustrativo: ele mostra as debilidades estruturais de um regime que, treze anos e meio depois de chegar ao poder, tem que recorrer à contagem de efetivos militares como critério básico — critério único, pode-se mesmo dizer — de resolução de seus conflitos internos. A nação, perplexa, tomou conhecimento da trama golpista depois da exoneração de Frotz. Mas este episódio mostra também que está se tornando cada vez mais difícil impor ao País uma candidatura de base puramente militar. Inclusive porque as próprias regras da ditadura para esta seleção são hoje crescentemente contestadas o povo brasileiro quer recuperar o direito elementar de votar para todos os cargos eletivos, entre eles, evidentemente, a presidência da República. Assim, mesmo que Geisel consiga designar seu sucessor, hipótese que pode ser considerada como provável, na medida em que ele vai monopolizando o poder, o ditador e seu sucessor serão obrigados, pela pressão da opinião pública e pela tendência do movimento oposicionista e se fortalecer, a estabelecer compromissos e barganhas, o que criará um quadro de maior instabilidade e de novas tensões nos próximos anos.

A dificuldade com que se defronta o regime para, na situação atual, encontrar uma

saída; o aumento de suas divisões internas; a pressão que ele sofre por parte dos mais variados setores da sociedade e, fator fundamental, a luta permanente das forças de oposição, criaram uma situação diferente no Brasil de hoje, uma situação em que as ações da ditadura são limitadas e de fôlego curto.

O campo oposicionista ainda precisa acumular forças, consolidar a resistência, ampliando-se e estruturando-se melhor, de modo a buscar uma modificação da situação que lhe permita conquistar a iniciativa política. Apesar disto, e da força de que ainda dispõe o regime militar-fascista, este é obrigado a se movimentar no sentido de ampliar suas bases de sustentação — o que implica fundamentalmente no reforço daqueles setores que, a partir do campo ditatorial, buscam uma solução negociada. Isso vem se traduzindo num esforço para que sejam lançadas as bases de um acordo capaz de permitir a sobrevivência do poder ditatorial, ainda que com a atenuação dos traços mais marcantes da legislação repressiva. É com este espírito que a direção da Arena se movimentou; é dentro destes quadros que podem ser vistas as conversações que se desenvolvem entre as cúpulas dos partidos oficiais, e é ainda com estes objetivos que o regime procura contato com parcelas importantes da opinião pública, como atesta, entre outras, a entrevista mantida entre o senador Portela e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

O movimento de oposição à ditadura é um movimento heterogêneo, que engloba segmentos provenientes de grupos, camadas e classes sociais diversas e cujos interesses na luta comum travada contra o fascismo não são idênticos. Existem, no seu interior, ideologias diferenciadas, que vão do liberalismo ao socialismo, e que espelham as diferenciações de classe inerentes a qualquer movimento social que se opõe a uma ditadura com as características da brasileira. Este movimento, entretanto, possui uma sólida base de unidade, que vem se desenvolvendo e ampliando nos últimos anos: a luta pelo estabelecimento de um regime democrático.

Se a dinâmica do regime o conduziu a um processo de debilitamento, a dinâmica das forças de oposição na luta pela democracia é de convergência. As lutas desenvolvidas pelos diversos setores componentes do movimento de oposição tendem a reforçar a unidade do sistema oposicionista como um todo, na medida para o objetivo comum da implantação da democracia no País.

É neste quadro que surgem e se desenvolvem projetos de vários tipos, que procuram orientar e fixar os traços de organização da sociedade brasileira, e que exprimem, basicamente, interesses opostos ao regime atual. Consideramos, por argüimento de tais projetos como um indicador importante da tendência declinante do regime militar-fascista, pois refletem uma situação marcada pelo ascenso das forças oposicionistas, na qual se buscam fórmulas de substituição ao atual quadro nacional. Mas consideramos que a adoção de qualquer projeto ou conjunto de medidas que visem ao progresso e ao desenvolvimento do País deve ser precedida de um largo debate nacional, do qual devem participar as organizações populares. O caminho que leva à democracia é um caminho que pressupõe o debate, a troca sistemática de opiniões entre todos aqueles setores que, de um modo ou de outro, desejam seu estabelecimento no Brasil.

A intervenção das massas é que confere a um tal debate cunho efetivamente democrático e o torna mais profícuo. Neste sentido, o processo eleitoral de 1978 assume especial importância. Ele não oferecerá ao eleitorado, sobretudo se se realizar nas condições que imperam hoje, uma oportunidade de expressão da plenitude de seus interesses e aspirações,

Mas permitirá que se exprima a aspiração principal — contra a ditadura. É o processo que, agora, permite a mais ampla manifestação política coletiva no País. Sua defesa, portanto, é uma luta prioritária, na qual têm interesse todos os que querem avançar no caminho da liberdade. Igualmente, não se pode conceber que o debate desejado pela grande maioria da Nação seja democrático sem que dele possam participar, em pleno gozo de seus direitos de cidadania, os que foram punidos por leis de exceção; a anistia ampla é também uma necessidade inarredável. A campanha da anistia merece, da parte dos antifascistas, uma atenção especial, cabendo aos comunistas concentrar esforços para seu desenvolvimento. Finalmente, não há clima democrático sem liberdade de associação e de organização. A formação ou a reconstituição de partidos políticos não poderá sofrer, deste ponto de vista, qualquer restrição. E a conquista da legalidade do Partido Comunista Brasileiro será um indicador muito importante da existência de uma ordem democrática em nosso País.

NO CENTRO DA POLÍTICA DOS COMUNISTAS: UNIDADE, TRABALHO DE MASSAS, LUTA PELA DEMOCRACIA

7 — A política desenvolvida pelos comunistas é de estímulo e apoio permanentes à unidade das forças de oposição e de reforço do movimento de massas, em particular o da classe operária. Incentivamos e participamos ativamente de todos os esforços que tenham como objetivo, de um lado, ampliar o conjunto das forças antiditatoriais e intensificar sua mobilização, atuando para o campo da luta contra o regime setores, correntes de opinião e personalidades que podem participar desta luta, em graus e de formas diferentes, e, de outro lado, alargar a unidade do movimento popular e sua participação na luta pela democracia.

Lutamos pela constituição de uma frente antifascista e patriótica. Esta proposta se insere na idéia de "formação e avanço da frente antiditatorial" por nós formulada há 10 anos, em nosso VI Congresso. Ela deve ser entendida em sua concepção, mais do que em uma determinada configuração, porque não temos a pretensão inútil de dar a forma que poderá assumir concretamente. Uma frente é algo que resulta de coincidências que se transformam em acordos realizados por seus componentes. Era este o espírito que nos movia em 1973, ao apresentarmos "como ponto de referência para o início de conversações concretas, visando à unidade de ação", uma série de objetivos políticos, "tendo como centro as liberdades democráticas a serem alcançadas pela luta comum". É este mesmo espírito que nos move hoje, é esta a compreensão que deve orientar a atividade de nossos militantes, e neste sentido que nos dirigimos a quantos querem somar esforços para obter o que é hoje a aspiração primeira, cada vez mais consciente, de nosso povo.

As possibilidades de unificação, em todos os níveis, das forças que lutam contra a ditadura vêm crescendo, na medida em que a resistência das forças democráticas vai determinando o isolamento crescente do regime. Reforçar a unidade significa, no quadro atual, desenvolver as lutas setoriais e as lutas gerais capazes de integrar as diversas linhas e segmentos do movimento de oposição.

Assim deve ser entendida a necessidade de desenvolver a campanha pela Constituinte. A transformação desta campanha num movimento de vastas proporções, unitário, popular, e em dos caminhos mais importantes para operar, de forma concreta, a convergência das lutas e manifestações cujo conteúdo relaciona-se com o

empenho de liquidar o atual regime e instaurar a democracia. A vitória desta campanha permitirá que se expressem, numa Assembleia Nacional Constituinte livre e democraticamente eleita, e que sejam debatidos os diferentes projetos de reorganização da vida nacional. A eleição de uma Constituinte é a nossa proposta para o fim deste regime. Lutaremos, portanto, para que ela se realize num quadro em que todas as restrições impostas pela ditadura à democracia tenham sido eliminadas.

A capacidade que terá o movimento geral de oposição de conduzir esta luta contra o fascismo está estreitamente ligada à base de massas deste movimento e à mobilização da classe operária contra o poder ditatorial. Enquanto a participação dos segmentos mais combativos do movimento de massas, em particular da classe operária, for débil, existirá a possibilidade de retrocessos, a partir de golpes desfeitos pela ditadura ou de divisões que só farão enfraquecer o conjunto das forças de oposição. É a participação do movimento de massas, e sobretudo o fortalecimento das organizações dos trabalhadores, que poderá evitar tais possibilidades, ao passo que abra o caminho para a construção de um regime efetivamente democrático.

Ao analisar as mudanças que vêm ocorrendo no quadro político brasileiro, os comunistas estão conscientes do fato de que, em muitos casos, a pressão que sofre a ditadura por parte de alguns setores das camadas médias e do empresariado, no sentido de uma abertura, não se identifica plenamente com a luta pela democracia. A liberalização do regime, que é possível na medida em que se forme uma correlação de forças, inclusive militar, que pressione nesta direção, não significa necessariamente o estabelecimento de uma democracia. Compreendemos a importância fundamental que tem, para o prosseguimento da luta, a conquista de qualquer espaço legal, estamos dispostos a trabalhar com todas as correntes que se encaminhem nesta direção, mesmo que as perspectivas de choque de algumas delas com o regime sejam limitadas e parciais. A conquista das liberdades democráticas é o centro de nossa luta. Qualquer avanço nesta direção, por menor que seja, tem para nós grande valor. Mas compreendemos que só a democracia, eliminando os mecanismos institucionais e repressivos em que se assenta o poder fascista em nosso País, poderá abrir caminho para as transformações de que o Brasil necessita urgentemente.

Indicamos aos militantes do Partido algumas linhas de ação a seguir para a participação nos movimentos sociais e lutas populares e democráticas em curso.

O movimento operário e sindical e aquele devemos concentrar nossa atenção e nossos esforços. Sua atual reanimação, embora recente, teve a propriedade de efetuar uma ligação da luta por reivindicações específicas, a começar dos salários, com as questões gerais que interessam ao nosso povo. A luta pela reposição dos 34,1% confisadamente roubados pela ditadura aos assalariados tomou um rumo que indica a existência de condições mais maduras para a intensificação deste tipo de movimento reivindicatório. Paralelamente, as manifestações de entidades dos trabalhadores pela autonomia e liberdade sindicais, naturalmente vinculadas à questão geral da democracia, indicam que o movimento sindical dá passos importantes em direção à conquista do direito de participar plenamente, como tal, da vida pública brasileira. O regime não está assistindo passivamente a este processo, e procura mobilizar algumas entidades ócecas para o apoio à sua política. Mas este é um fenômeno menor. A verdade é que, não tendo conseguido impedir que a classe operária fizesse sua aparição organizada no cenário, a ditadura lutará agora para minimizar

e deformar esta presença. O movimento sindical avançou a proposta que poderá representar um momento importante do atual estágio de sua luta: a convenção da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. Trata-se de um acontecimento que deverá servir a uma ampla manifestação das bases, nas empresas e assembleias sindicais, e a uma afirmação da unidade do movimento. O importante é que os trabalhadores tomem em suas mãos a realização do encontro.

A mobilização das massas rurais é um elemento que deve continuar a ser objeto de nossa atividade e atenção. O aguçamento das lutas dos assalariados agrícolas contra a política de crescente desemprego; dos camponeses contra a política de arrojamento de sua economia e de fortalecimento da grande exploração capitalista e latifundiária; dos posseiros contra as expulsões, ampliam as condições para o crescimento e a consolidação da organização dos trabalhadores rurais e do campesinato.

Todo trabalho realizado neste terreno, onde vem se destacando aquele que é levado a efeito pelos católicos, deve ser prestigiado e apoiado, pela razão mesma de que abre novas possibilidades de unidade com os setores do movimento popular em que a influência da Igreja é predominante. Consideramos, por outro lado, que as declarações de figuras de relevo da hierarquia católica, assim como os documentos resultantes dos encontros promovidos por instituições da Igreja, como a CNBB, desempenham um papel de grande importância no esclarecimento da opinião pública e na sua mobilização para a luta contra o regime.

No âmbito da Universidade, os problemas específicos que mobilizam e unificam os estudantes e os professores aparecem como ponto de partida de um intenso processo organizativo nos diversos níveis. As lutas estudantis de 1977 desempenharam um papel de primeiro plano para a sensibilização de todos aqueles que sofrem com o fascismo. A ditadura viu-se na impossibilidade de aplicar o instrumento odioso com que chantageou a Universidade anos a fio: o decreto 477. Os comunistas devem lutar pelo alargamento incessante da participação de alunos e professores, contribuindo para criar ou reforçar instrumentos de canalização do sentimento antiditatorial cada vez mais vivo na Universidade brasileira.

A luta pela liberdade de expressão e manifestação do pensamento, pela liberdade de pesquisa, contra a censura e as demais limitações impostas pelo regime militar-fascista à sua atividade é o leito privilegiado de mobilização da intelectualidade, entendida da forma mais ampla. Os intelectuais estiveram desde o primeiro momento na linha de frente do combate à ditadura e, hoje, mostram que sua capacidade de luta cresce à medida que cresce a própria luta.

As mulheres constituem, em nosso País, mas da metade da população e sua participação na criação das riquezas nacionais cresce progressivamente. Isto não impede que sejam discriminadas em seus direitos mais elementares ao trabalho, na família e no seio da coletividade. Não obstante, participam efetivamente da vida política brasileira, seja através de seus movimentos próprios, seja nos movimentos sociais. Os comunistas devem desenvolver esforços para mobilizar amplas massas em defesa da igualdade de direitos das mulheres nos planos econômico, social, jurídico e cultural.

Os movimentos específicos da juventude e das inúmeras categorias profissionais podem receber um impulso novo na medida em que se intensifica o combate geral pela democracia e em que despertam para a participação segmentos sempre crescentes de brasileiros e brasileiras. Assim também os movimentos associativos nos bairros e do funcionalismo público, categoria de grande peso na vida social do País,

O desenvolvimento de cada um desses movimentos setoriais, que ganha alento com a intensificação da luta pela democracia, ampla influência do grande bloco de forças sociais e políticas interessado na conquista das liberdades.

A elevação generalizada da consciência da opinião pública mundial sobre a natureza dos regimes ditatoriais que existem em numerosos países, entre eles o Brasil, propicia e exige que estimulemos e colaborem para organizar o movimento de solidariedade internacional à luta antifascista, contra o temor que empregam e o absurdo que representam tais regimes.

Repetimos que é necessário que os militantes se integrem ao movimento das forças antiditatoriais e à luta pela conquista da democracia no Brasil. Que eles participem ativamente de um processo de luta que, mobiliza, hoje, as parcelas majoritárias do povo brasileiro, exprimido o seu repúdio a um regime antineacional e que tentou, continuamente, isolar as Forças Armadas do resto da nação, disseminando, nos meios militares, uma mensagem que, a partir da doutrina fascista da "segurança nacional", só contribuiu para o acirramento dos ódios e o aumento das divisões no País; o regime a que os brasileiros aspiram deve garantir às Forças Armadas uma posição importante na construção da democracia e na defesa da soberania popular.

Ao concluir a unidade de todos os setores e grupos significativos da sociedade brasileira para a construção de um Brasil democrático, estamos realmente convencidos de que é a partir das contribuições de cada um desses setores, e do debate em torno das posições apresentadas e defendidas pelas diversas forças políticas nacionais, que será possível formar um consenso majoritário capaz de orientar a vida democrática em nosso País. Por isso mesmo, não somos revanchistas e nem propomos a exclusão deste ou daquele setor que possa, efetivamente, auxiliar no cumprimento desta tarefa da vida pública brasileira. É a partir da unidade em torno da democracia que pensamos ser possível garantir, amanhã, sua vigência no Brasil.

O PARTIDO QUE QUEREMOS REORGANIZAR: FORTE E NUMEROSO

8. Temos consciência de que para o êxito do combate que travamos, hoje pela liquidação da ditadura e pela conquista de amplas liberdades para o povo, e, amanhã, pela estruturação de um sólido regime democrático, é preciso contar com um forte e numeroso Partido Comunista.

Os golpes sofridos por nosso partido nos últimos três anos, com séria repercussão no seu funcionamento como organização, deram origem a uma das faces negativas do processo político em curso no Brasil, particularmente no que diz respeito à luta das forças da democracia. Trata-se de uma situação que exige de nossa parte, do conjunto dos comunistas, um esforço concentrado para reorganizar em toda a linha, fugindo à rotina, a ação política e a atividade do partido. Trata-se, portanto, de vencer a distância existente no momento entre a influência política do PCB e sua precária organização. É uma tarefa política que, partindo de uma visão adequada das exigências atuais e futuras do trabalho revolucionário, exige a um só tempo, uma correta avaliação da correlação de forças e das possibilidades concretas, habilidade, inteligência e uma aguda percepção dos limites em que os passos podem ser dados com segurança.

O Comitê Central do PCB

Dezembro de 1977

Nota sobre organização

Em sua última reunião, de dezembro de 1977, o Comitê Central discutiu questões de organização como um dos pontos da ordem-do-dia.

A discussão foi travada a partir da análise da situação política do País, contida na Resolução Política aprovada na mesma reunião.

O Pleno do Comitê Central resolveu:

1. Aprovar o Informe de Organização apresentado pela Comissão Executiva. O Informe tratou de questões de organização do Partido e da melhoria do trabalho de direção.

2. Determinar à Comissão Executiva que elabore um documento sobre questões relativas à política de organização, que sirva de base para a abertura de uma discussão sobre o tema. Os resultados dessas discussões deverão ser recolhidos pela direção, que os utilizará como subsídio à elaboração da política de organização do Partido.

3. Reafirmar a linha traçada pela Resolução de Organização de 1975, assim como as Resoluções sobre organização aprovadas pelo Pleno de março de 1977.

4. Ratificar a orientação traçada na Carta do camarada Prestes ao Partido, publicada na VOZ OPERARIA de setembro de 1977.

Partido Comunista Argentino comemora 60 anos

O Partido Comunista Argentino comemora, neste mês de janeiro, seu 60º aniversário. Por ocasião dessa data, especialmente cara aos comunistas brasileiros em função dos laços estreitos de amizade que nos unem ao Partido irmão, Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, enviou uma mensagem a Geronimo Arnedo Alvarez, secretário-geral do PCA manifestando "em nome do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e de todos os seus membros, certos de traduzir os sentimentos da classe operária e demais forças progressistas de nosso País", as mais fraternais e calorosas saudações.

Prestes resalta em sua carta o importante papel desempenhado pelo PCA — um dos mais antigos PCs do mundo — em nosso continente, assim como a influência positiva exercida na formação dos demais partidos da América Latina, de acordo com as suas condições específicas.

Prestes reitera ainda os grandes exemplos de solidariedade e de internacionalismo constantemente dados pelo PCA, e rende uma homenagem particular a Victorio Codovilla e aos demais fundadores do Partido. E termina com os "votos de crescentes êxitos na luta árdua, complexa e difícil que hoje enfrentam os comunistas argentinos, pela felicidade e bem-estar do povo argentino e pelo progresso social, pela vitória do socialismo e do comunismo".

Resolução do PCB sobre o Ano Internacional da Criança

A questão da infância sempre mereceu um respeito especial nas atividades do nosso Partido. Porque, no fim de contas, é ela a parcela da população mais desprovida de defesa diante de uma política antipopular que o atual regime levou ao extremo. Mesmo ao tempo em que uma propaganda maciça tentava vender uma imagem positiva do chamado "milagre econômico", as próprias cifras oficiais não podiam ocultar o alto nível de mortalidade infantil que se registrava até mesmo nos centros urbanos mais desenvolvidos do País.

Na edição de dezembro de VO, mostrávamos, de forma sintética porém incontestável, que este regime havia chegado a uma situação realmente aberrante: no Brasil de hoje, devido às consequências da política social e econômica, são violados todos os princípios da Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da ONU.

Considerando premissas que partem do reconhecimento das condições sub-humanas em que vive a grande maioria das crianças brasileiras — em meio à miséria, ao analfabetismo e à desnutrição crônica que atinge a 83% da nossa população infantil — o Comitê Central do PCB aprovou, em sua última reunião, uma Resolução sobre a decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas que declara 1979 Ano Internacional da Criança. Resolução que se conclui assim:

"O Partido Comunista Brasileiro se integra a todas as atividades do Ano Internacional da Criança, e conchama todas as forças democráticas e progressistas a contribuírem, com o máximo de seus esforços, para o completo êxito da programação prevista".

Prudente de Moraes Neto, o presidente da ABI



Prudente de Moraes Neto cumprimentando Carlos Castelo Branco.

VOZ OPERARIA, órgão central do Partido Comunista Brasileiro, se coloca ao lado dos democratas brasileiros, jornalistas ou não, nas homenagens prestadas a Prudente de Moraes Neto, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, por ocasião de seu lamentado falecimento.

Dr. Prudente não esteve sempre do nosso lado na luta contra a opressão e a injustiça social em nosso País. Ao contrário, ditamos até que ele fez do PCB um dos seus alvos maiores no período que antecedeu o golpe de 1964.

Mas não é isto que conta para nós.

O que interessa é deixar registrada a nossa lembrança do liberal honesto. Do homem que, depois da primeira hora, ao constatar os reais objetivos dos que manobravam aquele golpe, de passo em passo se transformou num dos mais ferrenhos adversários do regime fascista instalado.

Os direitos da juventude no Brasil e o XI Festival Mundial (Havana, Cuba)

Com um crescimento demográfico de 2,9% ao ano, o Brasil é um País de jovens, mas não é um País dos jovens. A gerontocracia militar no poder fez da juventude uma grande vítima de sua política antidemocrática e antinacional. Basta recordar que, dos eleitores brasileiros, o mais jovem entre os que participaram de uma eleição presidencial conta hoje 35 anos de idade. Não se pense, entretanto, que o regime esqueceu-se dos jovens. Pelo contrário. O decreto-lei 229, de 2/2/67, por exemplo, foi editado para que se baixasse de 14 para 12 anos a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho. Mais ainda; pela lei 5274, de 24/4/67, o patronato pode empregar menores pagando apenas 75% do salário-mínimo, ou menos ainda — apenas 50% — quando o trabalhador é menor de 16 anos de idade.

Segundo as cifras oficiais, existem 900 mil menores trabalhadores. Na realidade, entretanto, este número se eleva a cerca de dez milhões. A defasagem entre a cifra oficial e a real se explica pelo simples fato de que a grande massa de menores trabalhadores encontra-se totalmente desprotegida dos direitos trabalhistas, muito embora ocupe frequentemente o lugar de um trabalhador adulto.

Podéramos nos estender indefinidamente se quiséssemos detalhar as formas de superexploração e opressão da juventude, tanto no terreno profissional quanto no social ou no cultural. Mas não é o caso agora, nem o espaço permite.

Permitamo-nos apenas dizer que, embora alvo permanente da ditadura, a juventude tem se mostrado de forma destacada nas manifestações de todo o gênero que se avolumam pelo fim do atual estado de coisas, e pelo estabelecimento de um clima de plenas liberdades democráticas. E não só na Universidade, mas também nos sindicatos, nas empresas e no campo, independentemente de condições brutalmente adversas.

LUTA POR DIREITOS

O fortalecimento do movimento juvenil é uma tarefa que diz respeito, portanto, ao conjunto das forças democráticas. Nesse sentido, avançamos alguns pontos que, em nossa opinião, devem estar presentes numa plataforma unitária para o movimento juvenil: os direitos democráticos da juventude.

E quais são eles? Tencemos responder item a item.

Direito ao trabalho — salário igual para trabalho igual, sem discriminação de idade; proteção do menor trabalhador e idade mínima de 16 anos para ingresso no mercado de trabalho (reivindicação evidentemente vinculada à melhoria do nível de vida familiar das classes desfavorecidas); capacitação profissional; proteção à jovem trabalhadora que sofre uma discriminação dupla: como mulher e como jovem.

Direito à educação — erradicação do analfabetismo; ensino público e gratuito em todos os níveis, com obrigatoriedade até os 16 anos de idade; mais verbas para a educação e melhores condições de estudo; bolsas para os estudantes sem recursos; ampliação e melhoria da rede de restaurantes estudantis.

Direito à moradia — plano nacional de habitação que contemple as necessidades dos jovens trabalhadores, em especial dos recém-casados; ampliação e melhoria das residências estudantis.

Direito à saúde — plano nacional de combate à desnutrição que proteja a infância e a juventude; assistência médica gratuita; mais verbas para a saúde; ampliação e melhoria da rede hospitalar pública; acesso aos medicamentos mediante subvenção estatal.

Direito à cultura ao esporte e à recreação — estímulo à criação de clubes juvenis dispondo de discotecas, bibliotecas, teatro, cinema e os meios necessários à prática cultural mediante subvenção estatal; proteção do artista jovem; estímulo à prática esportiva mediante apoio estatal ao desenvolvimento do esporte amador; ampliação e melhoria das instalações esportivas cuja utilização deve ser gratuita e de livre acesso; estímulo à criação de clubes recreativos onde a juventude trabalhadora goze de um ambiente propício ao convívio social; estímulo ao turismo juvenil e estudantil.

Direito à participar da vida política do País — direito de votar e ser votado para os cargos públicos eletivos a partir de 18 anos de idade, de participar com seu voto na escolha de Governadores e do Presidente da República e de se organizar como juventude política vinculada ao Partido de sua preferência; liberdade de organização e de manifestação em todos os níveis para a juventude trabalhadora e estudantil; direito de recorrer à greve na defesa de suas reivindicações; liberdade de expressão para a imprensa juvenil; reconhecimento das organizações juvenis pelos poderes públicos, que deverão consultá-las sobre as decisões diretamente relacionadas à juventude (em muitos países do mundo, os direitos da juventude não só foram incorporados à Constituição e às leis em vigor, como constituem ainda uma realidade viva. Notadamente nos países socialistas e nos mais desenvolvidos países da Europa capitalista os direitos da juventude já são conquista adquirida. Na América Latina, é impossível imaginar algo que se aproxime da amplitude dos direitos da juventude e da infância, tais como são prática corrente em Cuba. Os resultados esportivos e a eliminação do analfabetismo são provas evidentes da afirmação).

A reflexão posta entre parêntesis revela algumas das razões decisivas que levaram as organizações juvenis e estudantis de quase todo o mundo a escolherem a cidade de Havana, capital do primeiro País socialista de nosso continente, como sede do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a realizá-lo entre 28 de julho e 5 agosto deste ano.

Entre 28 de julho e 5 agosto deste ano, o Comitê Internacional Preparatório do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes lançou um apelo aos jovens de todo o mundo, no qual declara: "Chamamos a que o XI Festival (...) seja celebrado como o mais amplo foro internacional juvenil no qual concorrem representantes de diferentes organizações juvenis e studentis independentemente de suas idéias políticas, filosóficas e religiosas, sobre a base da solidariedade ant imperialista, da paz e da amizade".

UN FESTIVAL UNITARIO

O Comitê Internacional Preparatório do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes lançou um apelo aos jovens de todo o mundo, no qual declara: "Chamamos a que o XI Festival (...) seja celebrado como o mais amplo foro internacional juvenil no qual concorrem representantes de diferentes organizações juvenis e studentis independentemente de suas idéias políticas, filosóficas e religiosas, sobre a base da solidariedade ant imperialista, da paz e da amizade".

Mais adiante reitera: "Convidamos todas as organizações juvenis, studentis, infantis, políticas, sindicais e culturais, e de outra índole, que apoiem este apelo, a desenvolver um trabalho ativo na preparação do XI Festival Mundial e criar, segundo as possibilidades nacionais, os mais amplos Comitês Nacionais Preparatórios com a participação de todas as forças que compartilham os objetivos do Festival e estejam dispostas a contribuir para garantir o êxito desta iniciativa tão importante da juventude e dos estudantes do mundo inteiro".

O atual regime em nosso País, além de desconhecer os direitos, procura por todos os meios isolar do mundo a juventude e o movimento estudantil brasileiros. Isso cria dificuldades ao contato entre jovens brasileiros e de outros países. Isso dificulta e restringe, mas não conseguirá impedir, a participação de uma delegação representativa do vasto e multiforme movimento juvenil brasileiro no XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Todos os jovens e estudantes brasileiros estão convocados a lutar contra o isolamento a que a ditadura pretende condená-los. A participação em encontros internacionais é um legítimo direito da juventude, reconhecido pelos governos de quase todos os países do mundo civilizado. Só os fascistas o desconhecem.

A ida de uma delegação brasileira a Cuba se reveste de uma grande importância, sobretudo porque é uma oportunidade de denunciar o regime militar fuscista e de incrementar a solidariedade dos jovens e dos estudantes do mundo inteiro com a luta democrática do movimento juvenil e estudantil de nosso País. Mas existem muitas outras maneiras de participar do XI Festival, através da promoção de atos políticos, culturais, religiosos, esportivos e recreativos que concorram:

— à divulgação dos ideais de solidariedade ant imperialista, paz e amizade;

— à conscientização dos direitos democráticos da juventude;

— ao fortalecimento das lutas democráticas de todo o povo, em especial a luta pela anistia geral e irrestrita, que desemboca na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana.

Antônio Cáceres

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA